

EDITORIAL

Caros/as leitores/as,

É com satisfação que disponibilizamos ao público a segunda edição de 2023 da *Revista do Serviço Público* (RSP), que conta com nove artigos sobre vários temas e o uso de diferentes técnicas de pesquisa.

Na primeira parte desta edição da RSP, é possível identificar três artigos voltados para a discussão da busca de melhor aplicação e resultado de políticas sociais, orçamentárias e econômicas tanto em nível estadual, como federal. O primeiro deles, *Orientação para inovação no setor público de saúde: estudo de fatores percebidos por gestores e profissionais assistenciais da atenção primária em saúde*, de Ingrid Margareth Voth Lowen, Aida Maris Peres, Pedro Carlos Resende Júnior, Luciana Puchalski Kalinke, Paulo Ricardo Bittencourt Guimarães e José Roberto Frega, aborda a inovação no sistema público de saúde como meio para melhorar a qualidade, a eficiência e a acessibilidade dos serviços no Brasil. Os autores destacam a importância da Atenção Primária à Saúde (APS) como principal porta de entrada no Sistema Único de Saúde (SUS). Para impulsionar a inovação, é crucial implementar práticas inovadoras em gestão, assistência e comunicação. A pesquisa foi realizada em 111 Unidades de Saúde (US) em Curitiba, Paraná, envolvendo quase 4 mil gestores e profissionais da área. Os resultados mostram que gestores com maior autonomia obtiveram melhores resultados de inovação nas organizações. O texto ressalta o potencial da inovação como fator-chave para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficientes na área da saúde.

Em seguida, o artigo *Desvinculação de receitas estaduais: análise da aplicação do estado de Minas Gerais entre 2017 e 2020*, de Lúcio Barbosa, Mariana Marcatto do Carmo e Laura Gama dos Santos Mangualde, trata sobre a política de Desvinculação de Receitas de Estados (DRE) aplicada em Minas Gerais entre 2017 e 2020. Os autores analisaram, por meio de estudo de caso do estado mineiro, o uso da DRE como mecanismo para enfrentamento da crise financeira ocorrida entre 2014 e 2016, fator que gerou dificuldade para que o ente federativo honrasse o pagamento de dívidas, fornecedores e servidores. O trabalho realizou uma revisão da literatura sobre o tema, analisou o histórico das desvinculações desde a Constituição Federal de 1988, assim como apurou a rigidez orçamentária entre os anos anteriores e posteriores à adoção da DRE em Minas Gerais, alcançando resultados que sugerem ser insuficiente a adoção de tais medidas na reversão do desequilíbrio fiscal vigente.

Já o artigo *O impacto das concessões no setor aeroportuário: comparação do desempenho econômico entre os aeroportos brasileiros*, de Rodrigo Lucena de Oliveira e Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade, examina o desempenho econômico dos aeroportos brasileiros após serem transferidos para o controle da iniciativa privada por meio de concessões. Os autores utilizaram modelos de regressão quantílica para comparar o desempenho econômico dos aeroportos geridos pelo governo e aqueles geridos pela iniciativa privada. Eles também basearam sua análise na teoria da agência e na teoria dos contratos incompletos. Além disso, investigaram a precisão das informações contidas nos contratos de concessão dos aeroportos, confrontando os resultados previstos nesses documentos com os resultados apresentados pelas empresas concessionárias. A amostra do estudo incluiu os 20 maiores aeroportos brasileiros, dos quais 14 são públicos e seis são privados. Os resultados revelaram que os aeroportos públicos obtiveram melhor lucratividade e maior eficiência nos custos. Por outro lado, os aeroportos concedidos apresentaram um desempenho superior na capacidade de gerar receitas e na diversificação das fontes dessas receitas.

Um segundo conjunto de trabalhos foca no tema das inovações tecnológicas e seu uso e adaptação por parte do Estado brasileiro, em seus mais diferentes níveis e setores. O artigo *Trabalho decente no contexto das plataformas digitais: uma pesquisa-ação do projeto Fairwork no Brasil*, de Claudia Nociolini Rebecchi, Jonas Valente, Julice Salvagni, Rafael Grohmann, Rodrigo Carelli e Roseli Fígaro, tem como objetivo discutir melhores condições de trabalho no contexto das plataformas digitais por meio das evidências empíricas do Projeto Fairwork no Brasil. Para a elaboração do artigo, foi realizado um projeto de “pesquisa-ação”, cujo objetivo foi o de promover mudanças nas plataformas em direção a um trabalho mais justo, sendo auferidos dados de seis plataformas distintas, as quais tiveram destacada atuação no mercado brasileiro em 2021: Uber, 99, iFood, Uber Eats⁶, Rappi e GetNinjas. O artigo apresenta evidências de que os trabalhadores vinculados a tais plataformas de trabalho não foram atendidos quanto aos requisitos mínimos do trabalho decente, reforçando a necessidade de um enfrentamento regulatório do trabalho por meio de plataformas digitais. Como resultado, foi criada a iniciativa nomeada de Fairwork Pledge, que procura incentivar o compromisso de organizações empresariais, instituições da sociedade civil, órgãos públicos, universidades, incluindo o próprio Ministério Público do Trabalho, instituições vistas como debatedores fundamentais nas discussões sobre mudanças em favor do trabalho plataformizado decente no país.

O artigo intitulado *Estrutura de monitoramento e controle como base para a inovação em governança: o caso TáxiGov*, de Adilson Giovanini, Ligia Baechtold Bertolini, Vanessa Marie Salm e Pablo Felipe Bittencourt, discute a classificação dos bens sociais e como ela tem sido redefinida com o advento das plataformas digitais e, para isso, analisa a Estrutura de Monitoramento e Controle (EMC) do TáxiGov. O artigo apresenta uma revisão das literaturas de monitoramento e controle em plataformas digitais e bens comuns, assim como

demonstra que os princípios de *design*, identificados na literatura e somados à flexibilidade das plataformas digitais, possibilitam a construção de EMCs mais dinâmicas, adaptáveis e inovadoras, capazes de contribuir para a construção de regimes de utilização mais adequados aos serviços públicos. O TáxiGov seria, portanto, um exemplo de como as plataformas digitais estão redefinindo a classificação dos bens sociais e do potencial que possuem em revolucionar a gestão dos bens comuns.

O artigo *A aplicação da inteligência artificial na busca pela eficiência pela Administração Pública*, de Adriana Teixeira de Toledo e Milton Mendonça, analisa o papel do uso das ferramentas com aplicação de inteligência artificial (IA) na gestão e no julgamento de processos como mecanismo de geração de eficiência no Poder Judiciário. A IA pode ser utilizada para automatizar tarefas, identificar padrões e tomar decisões mais precisas. Isso pode levar a uma redução no tempo de tramitação dos processos, uma diminuição nos custos e uma melhoria na qualidade da justiça. Os autores, por meio de uma análise bibliográfica, documental e levantamento empírico, aplicaram um questionário junto a 55 servidores e empregados públicos com a intenção de colher informações sobre o processo de aderência da administração pública ao mundo tecnológico. O resultado da pesquisa pode ser visto como um indício da percepção de servidores e empregados públicos acerca da IA, a qual é entendida pela amostra como ferramenta que pode tornar o Judiciário mais eficiente, mais justo e mais acessível à população, ao mesmo tempo em que é vista como uma tecnologia nova, complexa e que carece de treinamento para uso mais eficaz.

Por sua vez, o artigo *Inteligência Artificial no processamento de linguagem jurídica: usando aprendizado profundo para encontrar o quadro regulatório para o Terceiro Setor*, de Maurício Barros de Jesus, André da Silva Góes, Leonardo de Guimarães Santiago, Marcelo Augusto Pedreira Xavier e Sólon Bevilacqua, aborda a aplicação de algoritmos de Inteligência Artificial (IA) no processamento da linguagem jurídica para identificar um conjunto completo de normas aplicáveis ao Terceiro Setor. Neste estudo, os autores utilizaram dados sobre o fluxo regulatório brasileiro (RegBR) para delimitar o marco regulatório do Terceiro Setor. Eles destacam que a IA pode ser usada de diversas formas para aprimorar a regulamentação do Terceiro Setor, incluindo a identificação de lacunas na legislação, o monitoramento da conformidade das organizações com as regulamentações existentes e a melhoria da eficiência dessas regras. Através de técnicas de aprendizado de máquina, as sentenças contidas nos atos normativos foram automatizadas e classificadas, permitindo identificar a extensão em que uma norma se aplica ao tema selecionado. Como resultado, foram identificadas 2.359 regras, presentes em 611 normas, extraídas de 1.330.190 dispositivos legais e distribuídas em 51 mil regulações. Esses números demonstram que as técnicas aplicadas podem contribuir significativamente para o aperfeiçoamento das temáticas relacionadas ao Terceiro Setor.

Por fim, o **último bloco de artigos** é dedicado ao estudo do funcionalismo público, tema caro à *Revista do Serviço Público* (RSP). O artigo *Teletrabalho na pandemia: percepções de trabalhadores do Poder Executivo de Minas Gerais*, de Maria Julia Moura Tolentino, Kamila Pagel de Oliveira e Marco Aurélio Amaral de Castro, analisa a implementação do teletrabalho como principal medida para garantir o afastamento dos trabalhadores do Poder Executivo estadual durante o avanço da pandemia de covid-19 em Minas Gerais. O estudo apresenta o contexto histórico do regime e sua utilização no setor público, assim como o resultado de um questionário aplicado a cerca de 250 mil trabalhadores ativos, sendo obtidas 32.474 respostas de agentes dos mais diversos vínculos empregatícios (servidores estatutários, empregados públicos, contratos temporários, cargos em comissão, trabalhador celetista, trabalhador intermediado por organização não governamental ou empresa privada, consultores, estagiários, entre outros). O tamanho da amostra é relevante e surge como importante percepção dos trabalhadores acerca do aumento da produtividade laboral, por um lado; por outro, os dados auferidos sinalizam a piora nos indicadores de qualidade de vida e a dificuldade em estabelecer fronteiras claras entre demandas profissionais e pessoais, assim como a necessidade do Poder Executivo estadual em oferecer melhores capacitações técnicas e infraestrutura de trabalho.

Já o artigo final desta edição, *Impacto da qualificação nas trajetórias profissionais dos servidores públicos federais*, de Philipp Ehrl, Pedro Masson Sesconetto Souza e Vinícius Silva de Souza, apresenta um importante estudo sobre os retornos dos investimentos na formação profissional continuada de servidores públicos. Utilizando de um conjunto de dados que reúne informações sobre a participação de cursos realizados na Escola Nacional de Administração Pública (Enap), junto às características socioeconômicas de todos os servidores do Poder Executivo Federal entre 2006 a 2021, foi possível confirmar que investimentos em capital humano trazem retornos positivos para o setor público brasileiro. O trabalho apresenta resultados robustos na amostra composta por servidores que completaram pelo menos uma formação adicional, quando aplicado o modelo de cálculo *Propensity Score Matching*.

Em suma, esta edição da RSP apresentou um leque diversificado de temas e perspectivas, reforçando o valor da pluralidade metodológica e enriquecendo o debate sobre a busca por melhores políticas e resultados no serviço público. Agradecemos a todos/as os/as autores/as por suas contribuições significativas e esperamos que esta revista continue a ser uma fonte valiosa de conhecimento e reflexão para a comunidade acadêmica e os gestores públicos.

Desejamos a todos e todas uma ótima leitura!

Alexandre de Ávila Gomide

Editor-Chefe